

A INTERNET NA EDUCAÇÃO E O DILEMA DE UMA NOVA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Washington Luiz Martins da Silva¹

Renato Campos Pordeus²

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar a crise da sociedade tecnológica a partir dos elementos constitutivos da educação e da linguagem digital, tentando compreender o abismo existente entre elas. Nesse sentido, entendemos a linguagem virtual como a ideologização de uma técnica. Por outro lado, a historicidade do ensino-aprendizagem presencial, considerando o contexto do espírito grego, da ilustração e da modernidade, faz pressupor uma educação, na Sociedade da Informação, mais distanciada da formação para a cidadania. Discutindo a possibilidade da Internet como instrumento de consolidação de uma nova linguagem de inclusão, procuramos também debater a sua possibilidade de contribuição para dirimir a crise do trabalho no modelo socioeconômico do capitalismo de consumo reinante. Por fim, valorizaremos o processo filosófico da linguagem que tem acompanhado essa mudança, realizando um debate da razão prática, quanto à contingência das normas ou da moral sem obrigações. Enfim, refletiremos sobre uma atitude da filosofia contemporânea para a questão tecnológica, na instauração de uma linguagem pluralista e a possibilidade de uma ética compatível para um mundo digital que reencontre o sujeito contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; educação; tecnologia; comunicação; ética.

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze the crisis of the technological society, as of the constitutive elements of the education and of the digital language, trying to understand the existing abysm between them. In this context, we understand the virtual language as the idealization of a technique. On the other hand, the presencial historicity of the teaching-apprenticeship, considering the context of the Greek spirit, of the illustration, and of the modernity, it makes presuppose an education, in the Society of Information, more at distance of the formation for citizenship. Discussing the possibility of Internet as an instrument of consolidation of a new language of inclusion, we considered also debating its possibility of contributing to dispelling the working crisis in the socio-economical model of the reigning consuming capitalism. Finally, we valued the philosophical process of the language that has accompanied his change, conducting a debate of the practical reason, as to the contingency of the norms or of the moral without obligations. In short, we will make reflections about an attitude of contemporaneous philosophy concerning the technological issue, in the instauration of a pluralist language and the possibility of a compatible ethic for a digital world capable of finding, again, the contemporary subject.

KEYWORDS: language; education; technology; communication; ethic.

¹ Professor do Departamento de Filosofia da UFPE, Doutor *Suma cum Laude*, com Diploma de Estudos Avançados em Filosofia, pela Universidad de Barcelona, e Diploma de Estudos Especializados em Filosofia da Tecnologia, pela Universidad Autónoma de Barcelona.

² Bacharel em Relações Internacionais, Especialista em Ética pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Mestrando em Filosofia, pela Universidade Federal de Pernambuco.

1. Introdução

A compreensão do papel dos sujeitos no processo de transformação social tem sido uma grande preocupação dos principais pensadores ao longo da história. Por exemplo, autores como Marx, Freire, Adorno, Marcuse e Habermas tentam compreender o sujeito de acordo com uma perspectiva coletiva, ou seja, para esses autores, o sujeito é o partido, o *soviet*, o sindicato etc.

Na sociedade atual, a dinâmica técnico-científica tem desenvolvido instrumentos tecnológicos capazes de apresentar uma nova perspectiva para a compreensão desse sujeito. O processo comunicativo aparece, então, como um grande motor, que tem permitido significativas interações entre os diversos sujeitos; no caso em questão, pretendemos refletir a respeito do papel da Internet no processo educacional, procurando ler as construções de educadores em relação a esta revolução.

Essa perspectiva entende o sujeito como uma construção histórica, afirmando que ele é resultado da dinâmica social no momento que lhe é contemporâneo, afirma, também, que essa dinâmica se dá a partir de um “vai e vem” dialético, no qual o sujeito que é construído pela dinâmica social também a constrói.

Há, porém, autores que se baseiam na perspectiva marxista, mas que articulam outra proposta para a formação do sujeito; para eles, torna-se necessário que se compreenda não só a dinâmica social, mas também os elementos singulares e internos ao homem, o que, para Erich Fromm (1981), demanda uma compreensão dos elementos intrínsecos aliados aos extrínsecos. Para esse autor, é dessa articulação entre o social e o psicológico que surge o sujeito.

Nos últimos anos, em decorrência do desordenado processo de globalização dos mercados financeiros, foi dado início a um importante debate sobre a linguagem nos meios digitais, em função da falta de mecanismos reais de transparência (*openness*) na relação entre os indivíduos, culminando com uma concepção de ética reduzida a esquema de uma sociedade *videocrática*. Essa parece ser hoje a tônica na sociedade, que acumula um processo de civilização que vai desde a linguagem oral à escrita e, por sua vez, desta à digital. Quando já ninguém acredita que a tecnologia ou o ensino presencial sejam suficientes para um processo de educação de massas na era da informação, eis aí uma das razões da grande retomada, em todas as áreas, sobretudo da Pedagogia e da Linguística,

dos mecanismos tecnológicos da informação, sendo que, entre eles, situa-se a atividade *hacker*.

Há bons motivos para supor que a linguagem digital, cada vez mais, tomará espaços dos mercados de consumo em sociedade. Tanto que o século XX foi palco do surgimento de soluções éticas cognitivas e não-cognitivas, como tentativas de saída para a crise do Humanismo e sua substituição por uma moral humanitarista, buscando interações entre indivíduos e instituições. E, evidentemente, o menos significativo entre eles é o de preservar a “imagem da inclusão”. Se a ética fosse só um componente mais ou menos tático do *marketing* e da imagem, então, resultaria mais próprio referirmo-nos, nesses tempos de capitalismo tardio, à cosmética que a outra coisa. Os argumentos de maior peso a esse respeito vão certamente por outro lado e se concentram na mesma estrutura da atividade econômica na época das Tecnologias da Informação.

Podemos dividir o abismo histórico existente entre a Internet e a educação presencial em três momentos centrais: o *primeiro*, tratando dos fundamentos culturais das razões do abismo existente entre Ciência e Humanismo, que justificam as razões da *tecnofobia*, verificando se existe realmente alguma via de superação da estranha dialética entre *tecnófobos* e *tecnófilos* e se há a possibilidade de se construir uma autêntica sociedade do conhecimento sem essa oposição; o *segundo*, tratando das características pertinentes à Sociedade da Informação e ao sistema técnico, especialmente em seu significado de uma sociedade homogênea e de massas, baseada na tecnologia de símbolos virtuais, no setor terciário e no movimento, por meio de uma visão histórica do mundo do trabalho, seja na sociedade industrial (produção material), na sociedade pós-industrial (da informação e dos primeiros computadores) e, finalmente, na hodierna sociedade pós-informacional, de onde emerge a descentralização dos responsáveis pela educação; e, em um *terceiro* momento, partindo das análises elaboradas nos pontos anteriores, devemos pensar a educação, nos âmbitos teórico e prático, destacando a sua relevância na Filosofia da Tecnologia, como ponto paradigmático para as novas perspectivas de globalização e de transformação social. O que não se pode é ir de encontro ao aperfeiçoamento democrático, fazendo voltar a informação ao uso restrito dos gabinetes de inteligência estatais que tornaram possíveis os totalitarismos.

2. Indivíduo e sujeito social

Compreender o papel do indivíduo tem sido uma preocupação constante de diversos pensadores, uma vez que estes o entendem como a célula básica de construção da sociedade; dessa maneira, há uma preocupação importante em entender tal indivíduo na dinâmica da sociedade.

Nossa intenção, porém, é a de verificar como esses pensadores vêm organizando suas reflexões de modo a dinamizar o entendimento do papel que o indivíduo exerce em sociedade. Esse tema já se constituía em uma preocupação a que vínhamos procurando responder. Esse desejo de entender o papel do indivíduo passa a ser mais forte na medida em que tomamos contato com os pensadores ligados à Teoria Crítica: Horkheimer (1976, 1985, 1990), Adorno (1985), Marcuse (1997), Benjamim (1994), Fromm (1964, 1981), Habermas (1997), por meio dos quais pudemos verificar a tentativa empreendida no sentido de analisar como o indivíduo é um elemento importante para a construção do sujeito.

Os autores de Frankfurt são importantes não só por colocarem em evidência o conceito de indivíduo, mas, sobretudo, pelo fato de terem tratado o conceito de forma crítica. Isso fica bastante claro em conceitos como razão, justiça, liberdade, cultura etc., nos quais o conceito de indivíduo é aprisionado à lógica imposta por um poder instrumentalizado, que coloca seus tentáculos de dominação sobre a humanidade.

Acreditamos que a relevância deste trabalho pode ser observada a partir de duas situações: a primeira diz respeito à construção teórica em si mesma, que possibilita a reflexão a respeito do papel do indivíduo na atualidade, entendendo-se que a realidade atual baseia-se em resquícios da construção do indivíduo, possíveis de serem verificados no comportamento da sociedade, quando ela valoriza e põe em evidência a padronização, em detrimento do homem em sua integralidade; a segunda tem a ver com o propósito de elencar os principais pensadores a respeito do tema, de maneira que as leituras dos mesmos possam ser colocadas em reflexão, para que, assim, se possam responder às angústias provocadas pelo tema.

Creemos que este é, na verdade, um trabalho de pesquisa bastante atual, não só por sua preocupação filosófica de tentar analisar a construção desta sociedade de indivíduos, mas, sobretudo, como uma busca de respostas a um mundo aprisionado por uma razão

dominantemente fechada, que não nos permite ver além do nosso próprio desejo individual de conquistas. Conquistas estas que nos tornam cada vez mais individualistas no sentido mais vulgar da palavra. Assim, ser individual não significa compreender o mundo e os demais seres, ao contrário, individual aqui tem a ver com o sonho de distanciamento dos outros, conseqüentemente, as conquistas só têm sentido se forem possíveis de serem apropriadas individualmente. A partir dessa reflexão, propomo-nos, também, a verificar em que medida a solidariedade é um instrumento capaz de ser observado, em relações comunicativas, por instrumentos como a Internet, que compreendemos como meio de comunicação que pode contribuir, tanto na perspectiva de manutenção quanto de transformação da sociedade atual.

Esse fato foi reforçado mais ainda, quando verificamos de que maneira os autores frankfurtianos entendem a importância do indivíduo, com uma perspectiva de que eles possam passar da condição de indivíduos, aprisionados pela dinâmica padronizada da sociedade atual, para a de sujeitos, que possam não só pensar em si, mas combinar essa possibilidade interna do indivíduo que lhe permite pensar e compreender o mundo com o desejo de interagir com outro, não no sentido de apropriação meramente material, mas no desejo de entender o homem em sua plenitude. A partir dessa constatação, cremos ser possível imaginar a Internet como este elemento contemporâneo, capaz de contribuir para uma leitura crítica da visão de sujeito e de indivíduo, tendo o processo educacional como referência.

O que se verifica inicialmente é que os meios tecnológicos e a Internet, em particular, passam a ser um instrumento cada vez mais utilizado pelo cidadão comum, mas, principalmente, pelas instituições de ensino. No entanto, quando se faz uma leitura mais racional, no sentido de libertação do sujeito, isso parece bastante limitado. A impressão inicial é a de que mesmo os educadores, em sua grande maioria, fazem uso desse instrumento muito mais numa perspectiva pessoal do que como mecanismo didático que permite a construção do sujeito. Para esses educadores, a idéia de sujeito parece desconectada do uso das técnicas, ou seja, não conseguem, em grande medida, interagir de maneira a entender que a técnica nada mais é do que o acúmulo histórico elaborado pelo homem, que está na busca da ruptura com um sujeito ordenado, em uma razão instrumental, na qual o senso comum prepondera. Aqui, a idéia de ação comunicativa de Habermas (1997) torna-se um instrumento teórico que servirá de base nesta pesquisa, de

modo que possamos apontar a saída para esse dilema, aparentemente intransponível. Acreditamos ainda que a leitura dos professores, articulada ao pensamento de autores que vêm teorizando a respeito da sociedade moderna, deve iluminar as reflexões do pesquisador.

Temos um entendimento inicial de que a busca do indivíduo, enquanto sujeito, poderá nos permitir a entender a sociedade em sua complexidade. Supomos que este é um estudo bastante significativo, na medida em que a sociedade hoje, em um primeiro olhar, aponta muito mais para um amontoado de indivíduos do que para grupos de sujeitos de linguagem, capazes de pensar objetivamente seus próprios destinos. Entendemos ser a educação um grande elo, que pode contribuir para a transformação desse indivíduo em sujeito.

Manuel Castells (1998), em seu clássico *La era de la información*, chamou nossa atenção sobre o surgimento de uma nova contradição no mundo do trabalho, em sociedades da informação: a que se estabelece entre dois tipos de trabalhadores, que denomina, respectivamente, produtores informacionais e mão-de-obra genérica.

A atividade dos “produtores informacionais” não pode ser descrita mediante metáforas como “exército industrial” ou “recursos humanos”, que correspondem ao tipo de necessidades estatais e comunitárias próprias do século XIX. Essas metáforas nem sequer descrevem adequadamente a “mão-de-obra genérica”, cada vez mais segmentada. Inclusive os mecanismos de extração da mais-valia mudaram de uma forma radical em relação às que regiam, na velha lógica cartesiana, excessivamente linear, desconsiderando o holismo contingencial da linguagem entre os sujeitos envolvidos, como defende Habermas:

Las divisiones sociales verdaderamente fundamentales de la era de información son: primero, la fragmentación interna de la mano de obra entre productores informacionales y trabajadores genéricos reemplazables. Segundo, la exclusión social de un segmento significativo de la sociedad compuesto por individuos desechados cuyo valor con trabajadores/consumidores se ha agotado y de cuya importancia como personas se prescindien. Y, tercero, la separación entre la lógica de mercado de las realidades globales de los flujos de capital y la experiencia humana de las vidas de los trabajadores (1996, p.311).

Nesse sentido, parece-nos excessiva e pouco acreditável a hipótese de uma sociedade da informação que se mova no círculo informal de exclusão-subvenção, porque a erradicação social pode ser combatida com mecanismos que provenham da velha sociedade do “bem-estar”. Em todo caso, uma sociedade que internalize a fratura digital

seria um lugar horrível: claramente impossível de governar com métodos democráticos e que, levada ao seu extremo, de pura ciência-ficção, nos conduziria ao totalitarismo mais que à lógica interna do capitalismo competitivo realmente existente em sociedades abertas.

A palavra ‘tecnologia’ é usada a todo momento por pessoas das mais diversas qualificações e com propósitos divergentes. Sua importância na compreensão dos problemas da realidade atual agiganta-se, em razão justamente do largo e indiscriminado emprego, que a torna ao mesmo tempo uma noção essencial e confusa. Desde os jornalistas até os filósofos, não há estudioso dedicado a observar a realidade, onde se destaca ao primeiro relance a forma de produção social, que deixe de usá-la, tendo de permeio os especialistas em todos os modos imagináveis do saber. No entanto, só um tipo de ética, mais de responsabilidade do que de convicção – próxima de como anunciaram Weber e Hans Jonas – compartilhada no uso do *ciberespaço*, poderá ser eficaz tanto para evitar que o indivíduo se sinta alienado no uso da tecnologia, tornando-os tecnofóbicos, quanto para evitar que a rede se converta em uma versão eletrônica do “far- west” pelas ações *hackers*. Nesse caso, compartilhamos com a visão tecnológica de Vieira Pinto (2005, p.220), que, em *O Conceito de tecnologia*, aceita a tecnologia como resultado da ideologização da técnica e não da valoração do homem como ser de linguagem, muito embora aceite pluralidades de entendimentos.

A natureza da técnica como procedimento, forma de ação, interações reprodutivas é susceptível de ser ensinada ou aprendida e, portanto, generalizada. Isso é o que tem feito, cronologicamente, as diversas áreas de pensamento, especialmente a dos lingüistas, filósofos políticos e da história, procurarem uma ordem e um sentido para a história.

A técnica acompanhou a evolução do *homo sapiens*; do *homo habilis*, ao *homo erectus*, passando para o *homo loquens*, quando consegue a tecnologia do fogo para um estágio de distinção com outros animais na posição limite entre o cru e o cozido. Já a tecnofobia tem suas raízes na tradição clássica. Um exemplo disso é que a própria mitologia grega nos mostra que os tecnólogos foram sempre castigados, a exemplo de Prometeo e Dédalo. Platão também repudia, em seus Diálogos (Górgias, 512c), o fazedor de técnicas, não o considerando como cidadão, da mesma maneira que Aristóteles, em sua *Política* (III,V), condena o artesão.

Na Ilustração, Rousseau critica as ciências e as artes como negadoras do aperfeiçoamento humano. O seu discurso sobre a origem das línguas, publicado pós-morte,

é, sem dúvida, hoje o que mais se aproxima de um entendimento contemporâneo da perda do sujeito de linguagem. O pensador de Genebra nunca condenou a técnica, apenas pedia prudência quanto a seu uso para que não contribuísse para o aumento da desigualdade, ampliando uma vida de aparências. Se uma técnica diminui a desigualdade, ela é boa. Do contrário, ela é má, não devendo justificá-la apenas como filha da necessidade e neutra como tentou, sem tanto convencimento, justificar Melvin Kranzberg, introdutor dos estudos universitários da Filosofia da Tecnologia, no início da década dos 70.

Se é possível desenhar o novo estágio do *homo sapiens* a partir da junção epistemológica entre o *economicus* e o *tecnologicus*, resultando, como destaca Morin (1978, p.111), a partir do *sapiens demens*, ou seja, um “louco sábio”, que não consegue controlar suas emoções diante do que inventa, entendemos que ciências, sociedades, cultura, tecnologia e natureza deixam de ser consideradas entidades fechadas e incomensuráveis. No caso atual da Internet, ela é uma sub-cultura.

Nesse mundo dos filósofos, lingüistas e professores, em suas interpretações epistemológicas, cosmológicas, sociológicas, éticas, valorativas, legitimadoras, a ciência descobre o gênio, inventa a indústria e o homem se adapta ou é modelado pelas coisas novas.

Tanto há discursos tecnológicos como tecnofóbicos. Leo Marx e Smith fundaram o discurso norte-americano do pensar positivista norte-americano. O mito de Frankstein, por exemplo, aparece como crítica ao desenvolvimento industrial; crítica que Charles Chaplin, com seu personagem Carlitos, tão bem fez representar em sua obra cinematográfica *Tempos Modernos*. Devemos observar também que espécies de inventos tecnofóbicos são baseados em dois aspectos de interesses privados de grupos de pressão e de nunca se fazer a solução mais rápida e de menos custo, o que gerou como conseqüência a impossibilidade de um olhar filosófico próximo a cada invento humano, deixando-se aberto o determinismo tecnológico. O nascimento do PC e as revoluções dos computadores e das telecomunicações fizeram a necessidade de um urgente pensar ético sobre a tecnologia, para diminuir o vácuo existente entre Humanismo e Ciência. Nas últimas décadas, com o desenvolvimento da Biotecnologia e da Nanotecnologia, os pesquisadores da Filosofia Prática têm dado tudo de si para a interpretação e a criação de saída para a crise tecnológica.

A publicação, em 2001, do livro de Pekka Himanen, *La Ética del hacker*, foi

defendida por Alcoberro (2002) como uma produção bem significativa sobre uma grande reflexão filosófica, na medida em que, pela primeira vez, alguém, procedente da área da tecnologia da informação – e não um observador externo –, descrevia o modelo de trabalho e as opções éticas implícitas no contexto da sociedade globalizada. A proposta ética de Himanen implicava renovar a cultura corporativa, seguindo as tendências de uma nova linguagem pela paixão criativa, cujo expoente é o programador de informática, apaixonado por seu trabalho (*hacker*). Numa economia que se baseia em dar apoio à criatividade, a ética da responsabilidade ocupa um espaço que a velha “lógica do engenheiro”, herança da modernidade, não podia assumir.

Assim, aparece um modelo de produção que conduz o trabalho em função dos objetivos e não das horas que se empregam e que se há de recolocar o pacto cultivado e trabalhado, especialmente pelo que se refere à relação entre “trabalho” e “tempo livre”, expoente básico da relação entre trabalho e sociedade. A mudança na natureza do trabalho não só implica uma maior qualificação profissional, mas dá margem a uma transformação cultural de índole global, cujo componente é a extensão das exigências éticas. Em uma sociedade-rede, onde as estruturas de trabalho estão interagindo com as estruturas do ócio e onde a liberdade de expressão é um direito indiscutível e não hierárquico, a figura do *hacker* não só implica uma nova ética do trabalho, exemplificada em tópicos do jovem que se alimenta e se diverte, enquanto se dedica com obsessão a programar. O que se propõe é, com todo direito, uma nova opção ética e uma nova cultura do trabalho num meio inovador. Os *hackers* são movidos pelos desafios e pela reputação, tanto ou mais que as compensações materiais tradicionais. Por isso mesmo, o elemento ético, a criatividade e a socialização (da superação da tecnofobia à ética *hacker*) ocupam um lugar central, no que esperamos das organizações na sociedade da informação.

A linguagem *hacker* é experimentada sobre formas inovadoras de uso dos sistemas informatizados e suas concepções de trabalho partem de experiências realizadas que, por muitas razões, eram diferentes - e distantes - das de outros muitos trabalhadores tecnológicos.

‘Time is Money’, sentenció Benjamim Franklin, y la idea sigue vigente. La inactividad equivale a la falta de rentabilidad económica. Observamos, por otra parte, que, a diferencia de los criterios por los que mide el ámbito público del trabajo, el ámbito de la vida privada carece de tiempo calculable. El tiempo libre, dedicado a lo privado, es como dice Gorz, “tiempo de vida” o, si se quiere, tiempo para vivir y no trabajar. Signo inequívoco de que el trabajo, sea

3. Internet como instrumento de uma nova linguagem

Estudar o indivíduo, enquanto perspectiva de sujeito é, sem dúvida, um desafio, sobretudo quando temos como referência uma sociedade extremamente fechada, na qual supomos a existência de um *Eu* sem comunicação externa. Essa leitura pode ser ou não referencial em Habermas, mas, sobretudo, como já mencionamos, em frankfurtianos, como Adorno e Horkheimer, que, ao fazerem uma reflexão a respeito da razão instrumental, têm como objeto a sociedade capitalista e seus entraves autoritários, que se materializam em ações totalitárias, tal como Horkheimer (1985, p. 12) faz uma distinção interessante entre a idéia objetiva por si mesma e a razão subjetiva, diz ele:

A idéia de que um objetivo possa ser racional por si mesmo – fundamentada nas qualidades que se podem discernir dentro dele – sem referência a qualquer espécie de lucro ou vantagens para o sujeito, é inteiramente alheia à razão subjetiva, mesmo quando esta se ergue acima da consideração de valores utilitários imediatos e se dedica a reflexões sobre a ordem social com um todo.

Para Horkheimer, portanto, a idéia de razão no capital é padronizada; desse modo, as ações realizadas em sociedade obedecem a regras pré-estabelecidas. Sua posição nesse sentido é bastante pessimista, uma vez que, a partir dessa lógica do capital, o indivíduo é aprisionado, ou seja, para o autor, a possibilidade de transformação está limitada ao aprisionamento de uma razão que não deixa oportunidade para a criatividade.

No Brasil, Paulo Freire, um dos educadores mais conhecidos em todo o mundo, tem uma linha de raciocínio que tem a mesma direção quando se trata de análise da razão instrumental. Porém, o autor é mais otimista, quando se trata da capacidade de compreender o sujeito em relação ao *outro*. Para Freire, o fundamento da existência do *Eu* é a compreensão da existência do *outro* e é, portanto, num fazer-se contínuo que o sujeito se realiza; isso quer dizer que ele não é, mas está sendo, ou seja, o homem se constitui a partir da *práxis*, como destaca Freire (1974, p. 17):

O homem é um ser da *práxis* ou um ser que é *práxis*. Desmistifica a realidade razão porque não teme a sua desocultação. Em lugar do homem coisa, adaptável, luta pelo homem-pessoa transformador do mundo, ama a vida, em seu devenir. É biofila e não necrófila.

Esta “fala” de Freire chama-nos a atenção para a necessidade de que temos de reconhecer os meios como tais, o homem deve estar em primeiro lugar; nesse caso, a Internet como meio deve ser valorizada e apropriada pela humanidade, reconhecendo-se nela uma técnica revolucionária de interação de sujeitos, dessa forma, ela se constitui um instrumento importante no processo de comunicação.

A construção deste ser, da vida, e não da morte, é na verdade uma tentativa do autor de nos chamar a atenção para a necessidade que temos de estar, a cada momento, nos revolucionando; evidentemente que este revolucionar freireano tem uma perspectiva não direcionada para o “juízo final”, ou seja, se o homem é devenir, a afirmação marxiana de que ele faz a sua história, mas não a faz como quer, é na verdade significativa, quando se trata do sujeito em eterna construção.

A conquista, portanto, da liberdade para o sujeito é um processo dolorido e que ocorre sem cessar; acontece, no entanto de forma a permitir um crescimento do indivíduo, mas, sobretudo, com o propósito de que os outros cresçam também como indivíduos e, conseqüentemente, sejam capazes de uma convivência, em que o diálogo se dá entre os iguais. De outro modo, para o autor, isso seria um processo de dominação que Freire (idem, p. 11) destaca, afirmando:

Toda busca no isolamento, toda busca movida por interesses pessoais e de grupos, é necessariamente uma busca contra os demais. Conseqüentemente, uma falsa busca. Tão somente em comunhão a busca é autêntica. Essa comunhão, contudo, não pode ocorrer se alguns ao buscarem transformar-se em contrários, antagônicos dos que proíbem que busquem. O diálogo entre ambos se torna impossível e as soluções que os primeiros procuram para amenizar a distância em que se encontram com relação aos segundos não ultrapassam – nem jamais o poderiam – a esfera do assistencialismo.

Para a pesquisa aqui proposta, essa fala de Freire parece ser bastante elucidativa, ou seja, o nosso processo investigativo quer pôr em questão a visão que têm os indivíduos a respeito da Internet, enquanto técnica capaz de contribuir, ou não, com o processo educativo, de maneira autônoma, que rompa com a idéia de subordinação, sobretudo do homem em relação à técnica, sob pena de estes tornarem-se seres subordinados agora não apenas a outros seres de sua espécie, mas a máquinas “inteligentes” que eles mesmos construíram, o que os permitiria, no máximo, chegarem à esfera do assistencialismo.

Precisamos romper com o discurso fragilizado do livre-arbítrio ou do ingênuo, tão bem tratado por Nietzsche (2003, p.27):

... ‘não liberdade de arbítrio’ é vista como problema por dois lados opostos, mas sempre de maneira profundamente pessoal: uns não querem por preço algum sua ‘responsabilidade’, a fé em si, o direito pessoal ao seu mérito (as raças vaidosas estão deste lado); os outros, pelo contrário, não desejam se responsabilizar por nada, ser culpados de nada, e, a partir de um menosprezo interior, querem depositar o fardo de si mesmos em algum outro lugar.

Entendemos, em tese, que os educadores são sujeitos sociais, que têm o papel de formar sujeitos conscientes de seu compromisso com a realidade. É de fundamental importância, na perspectiva de ruptura com uma concepção que coloca as técnicas numa hierarquia superior ao sujeito, dessa forma, a análise de como lêem a importância da técnica no processo educacional e, principalmente da Internet, parece ser bastante significativo para a sociedade contemporânea.

Para ser consistente, a linguagem digital deve implicar também uma determinada idéia de trabalho cooperativo, comunicativo e dialógico e propõe que a sociedade-rede deva ser transparente e que o *direito à informação* não pode ser limitado em nenhum âmbito. Isso situa a social democracia diante de um desafio de buscar repensar os elementos éticos implícitos nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). Trata-se de “dar mais liberdade a mais pessoas”, na linha do que sempre exigiu o liberalismo, mas num novo contexto: o da *tecnociência*, na qual o imperativo de “produzir” não pode separar do novo imperativo de formação: *comunicar*. Portanto, não seria a linguagem digital um modelo do tipo de trabalho que se desenvolve nas sociedades-rede baseadas nas TICs, que tendem a abolir a distância entre responsabilidade social, formação e vida de qualidade?

A idéia de relacionamento e formação criativa que se expande mediante a Internet une “lazer” e “produtividade”, próximas a um contexto que deve ser a matriz de uma linguagem ética de construção da cidadania. O que se aproxima é uma inovadora concepção (“globalizada”) dos direitos e, com ela, uma nova visão de formação que se concentra na criatividade, no livre acesso à informação, para um modelo de “educação apaixonada”, que não é comparável ao que conheceu a Educação Nova.

Uma atitude *hacker* diante do trabalho centra a atividade em conceitos como “o fascinante” e o desafio, acima de um puro cumprimento passivo de umas horas trabalhadas em jornadas sem lucros. A linguagem digital torna-se uma contra pedagogia, incompatível com a cadeia de montagem tradicional, porque a cadeia é o espaço da não-comunicação, enquanto a criatividade nasce do tumulto, do intercâmbio de idéias e do “ruído” presencial.

Son muchos los hackers que detestan cualquier violación de los límites personales de los individuos, con independencia de que produzcan en horas de trabajo o fuera de ellas (...) La defensa de la ética hacker de la privacidad pasa a ser un esfuerzo exigente de cooperación. (HIMANEN, 2001, p.208)

Para uma valoração do *ethos*, a condição que faz possível um trabalho eficiente e ético é o imperativo da comunicação pela conexão. Denomina-se, assim, a exigência de que qualquer conhecimento deva ser aberto, relacional e midiático.

4. A linguagem digital e a ética hacker

A linguagem digital serve para entender de outra forma a finalidade da educação, *pondo a “paixão” por transmitir e a “criatividade” como motor de excelência pedagógica e comunicativa*. Como diz Hans Küng (2001), a *tecnocritica* faz defender que os indivíduos, considerados que são sujeitos capazes de se organizar em comunidades (virtuais como no caso da rede), não podem ser considerados exclusivamente como produtores econômicos e têm, além do mais (pelo menos alguns entre eles), instrumentos e acesso a uma tecnologia suficiente para tolerarem ser considerados assim. Há, portanto, novas formas de poder no trabalho, que nem correspondem ao sindicalismo clássico, nem à “lógica do engenheiro”. O tipo de sociedade que está implícita na linguagem digital supõe uma crítica da ideologia do progresso que não pode ser compreendida na velha estrutura empresarial.

Na sociedade da informação, o “discurso dos direitos” não pára de crescer paralelamente na extensão da comunicação como paradigma cultural do século XX. Perdem força os argumentos favoráveis a subordinar os direitos individuais, diante de supostas exigências grupais ou comunitárias, cuja legitimidade muitas vezes não se percebe claramente. Mas, ao mesmo tempo, se acentua a importância de éticas que não se baseiam em regras, mas em “vivências”. A personalização da ética se converte, cada vez mais, no campo para experiências “pós-políticas” (que se podem exemplificar a partir do crescimento das ONG’s e do surgimento de comissões de ética). A busca crescente de experiências *cool*, e inclusive o desenvolvimento dos negócios baseados nelas (férias “diferentes”, moda, música etc.), é um elemento bem conhecido nas sociedades da informação.

No contexto das TICs se identifica com uma finalidade incomparável no intercâmbio cultural da informação mediante novas tecnologias, as viagens são cada vez

mais fáceis e distantes e o uso de um idioma comum a todo o mundo – o inglês, por si faz falta dizer, permite divulgar conhecimentos a uma velocidade nunca vista tem apenas trinta anos. Emerge, nesse contexto, como diz Alcoberro (2002), um “*green* capitalismo”, produto da abundância, cujas demandas são bastante distintas a das gerações que estiveram em contato – ou participaram – nas guerras mundiais do século passado. E, naturalmente, a própria organização de trabalho nas corporações hoje é muito diferente dos “exércitos industriais” de outros séculos.

5. Resíduos da modernidade

As mudanças na estrutura social levam conseqüentemente a uma maneira de planejar a empresa que historicamente adotava a “lógica do engenheiro” e que se perdurou em diversos modelos (do fordismo ao “*just in time*”) até faz pouco tempo. O engenheiro - como uma espécie de general e chefe – dirigia a organização industrial com critérios de estratégia mais ou menos calcados ao estilo militar, sempre, com uma forte centralização, com *reduzido espírito comunicativo* e obcecado pelo controle. A hipótese de fundo que se inicia a vislumbrar é que essa idéia da gerência, se não morreu por completo, está bastante consumida pela pressão, sobretudo midiática e psicológica que sobre ela exercem as novas tecnologias.

A “lógica do engenheiro” era acumulativa e analítica. Herdeira do cartesianismo, segundo o qual o mundo estava estruturado como uma grande máquina, que consome energia e produz trabalho num processo sem fim. A educação devia ser feita, em conseqüência, mediante a aplicação de uns poucos princípios que se acreditavam “claros e distintos” por si mesmos: ordem e eficácia (ou seja: lucro), em primeiro lugar, e “*last but not least*”, bom serviço e adaptação ao meio. O problema desse tipo de formação era sua latente concepção estática: era suposto que o engenheiro era um indivíduo culto, de linguagem específica que se dirigia a uma massa de analfabetos e rudes, dificilmente capacitados para construir por sua conta, sem uma direção organizada.

As aprendizagens pelo cartesianismo estavam pensadas basicamente para oferecer produtos a sociedades com níveis de sistematização mais altos, nas quais “mais” e “melhor” se identificavam com facilidade no imaginário social. Mais conteúdos, mais métodos e – não nos esqueçamos – também mais escolas eram o estandarte de uma vida

“melhor”. Mas esse não é o caso nas sociedades pós-modernas, caracterizadas pela abundância e o esbanjamento de recursos, e logo não será nem no Terceiro Mundo pela pressão das TICs sobre a vida cotidiana. Numa sociedade da abundância se exigem, no consumo e na ação social, critérios que cada vez mais são do tipo qualitativo e onde a *ação comunicativa* entre as pessoas, seguindo a Habermas, vale tanto, ou mais, que os objetivos de gestão quantitativos e a longo prazo. Um público de maior nível cultural, e que consome cada vez maior quantidade de informação, talvez “não saiba o que quer” (irracionalismo), mas *saiba bem o que não quer* (racionalismo).

Na passagem de uma economia industrial a uma economia do conhecimento, a ética do trabalho que herdamos, simplesmente, já não é pertinente. A velha “lógica do engenheiro”, como diz Alcoberro (1999), continua promovendo modelos formalistas de conduta, sem perceber de que ou o que está surgindo, leva a crise da própria idéia de “modelo”, fragmentado pela emergência de novas formas de sociedade, cada vez mais reticulares, ou “virtuais”, obedecendo à própria extensão das novas tecnologias. A centralidade do simbólico, que nas sociedades da informação tende a confundir-se com o real, implica também uma re-elaboração da relação entre o trabalhador e o valor – não só material, senão fundamentalmente moral – de seu trabalho. Se estamos em uma sociedade de massas, difícil de alguém *reconhecer* o nosso trabalho, transferimos a consciência da nossa *liberdade* (Hegel) para o consumo, através da aquisição de bens pelos nossos salários, ou seja, ninguém reconhecendo a nossa liberdade, fazemos nos reconhecer pelo bem que apreendemos, gerando a liberdade compulsiva do consumo. O mercado virtual da rede, embora voltado a uma *sedução* para o consumo, é democrático na medida em que todos têm acesso a todas as marcas de produtos e não a uma ideologização do consumo, que hoje transforma a educação como mercadoria também.

6. Considerações finais

De que forma a Internet pode ser utilizada como chave e alternativa para a crise do individualismo da sociedade hodierna? A idéia seria promover uma transformação de concepção e valores atualmente atribuídos como conservadores pela sociedade contemporânea com relação ao ensino tradicional.

A informação deve ser livre, porém, tem de ser acompanhada por uma ética de tal

modo que quem informa não deve dizer tudo, nem o público tem o direito de ser informado de qualquer banalidade, embora exista a informação, ou seja: o que se necessita é de uma liberdade com *responsabilidade* nos meios de comunicação. Ainda devemos nos manter, minimizando, com a ajuda da deontologia, a distância entre a ética (coletiva) e a moral (individual), de maneira, como nos alerta Hans Kelsen, que se leve à discussão um ordenamento político-cultural centrado nos microdomínio, mesodomínio e macrodomínio. Particularmente, não cremos que seja uma utopia, mas uma conclusão lógica, pois o ser humano é um ser contratual e uma sociedade bem ordenada é aquela que aceita uma concepção pública com a justiça, aproximando-nos ao que diz Deleuze apud Ezaú Diniz (1996, p.3), “a ética é estar à altura do que nos acontece”.

Esse, portanto, é o desafio. Devemos pensar um modelo de relações de linguagens baseado na concepção de criatividade e comunicabilidade, de busca permanente do conhecimento, que situe a conexão e a transparência como exigências morais fundamentais, em termos de humanidade, tanto na relação com os atores sociais. Essa é a forma tecnológica de conceber a autonomia moral, que o paradigma da tecnologia digital propõe chamar “informacionalista” e o lugar de ser da linguagem.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ADORNO, Theodor W., Horkheimer, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.
- ALCOBERRO, R. **Textos de TecnoÉtica. Filosofia e Pensamento**. Girona, 2002.
- ARISTÓTELES. **Política**. Madri, Espanha: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
- BARBERO, Jesus Martin. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997
- BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- _____. **La era de la Información**. Madrid, Espanha: Trotta, 1998
- CATALÁN, Miguel. **Códigos Éticos de Publicidad y Marketing**. Madrid, Espanha: Ariel, 2000
- CAMPS, Victoria. **Paradojas de Individualismo**. Barcelona, Espanha: Crítica, 1999.
- DINIZ, Esaú. **Ética e Deontologia dos Formadores**. Lisboa, Portugal: FIACID, 1996.

- FREIRE, Paulo. **Uma Educação Para a Liberdade**. Porto, Portugal: Textos Marginais, 1974.
- FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1964.
- FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1981.
- GALBRAITH, Jonh Kennet. **La Sociedad opulenta**. Barcelona, Espanha: Ariel, 1992
- _____, **La Cultura de la Satisfación**. Madri, Espanha: Ariel, 1997.
- GUIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HARBEMAS, Jürgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HARBEMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa, Portugal: Edição 70, 1997.
- HIMANEN, Pekka. **La Ética del Hacker**. Madrid, Espanha: Contexto, 2001
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I**. EDUSP: São Paulo, 1990.
- JAMESON, Frederic. **A Cultura do dinheiro**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- KÜNG, Hans. **Uma Ética Global para a Política e Economias Mundiais**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1999.
- LEVI, Steven. **Hackers, héroes de la Revolución Informática**. Madrid, Espanha: Planeta Agustin, 1984.
- LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora DPQA, 2002.
- LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**. Prelúdio a uma Filosofia do Futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PÉREZ-LATRE, Francisco Javier. **Planificación y Gestión de Médios Publicitários**. Madrid, Espanha: Ariel, 2000.
- PLATÃO. **Diálogos**. In Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril, 1979.
- MARTINS, Washington, **Repensar a Democracia, a Tecnologia e o Pluralismo**. Recife, Pernambuco: Elógica- Livro Rápido, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, v.I.

RAYMOND, E. S. “La catedral y el bazar”, in *Revista de Occidente*. Madrid, Espanha. nº 226, 2000

SLATER, Phil. **Origem e Significado da Escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2000